



Sessão Ordinária do dia 22 de outubro de 2025

Ata n.º 98.

Aos vinte e dois dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Alexandre Curi**, secretariado pelas Sr.^{as} Deputadas **Luciana Rafagnin** (na função de 1.^º Secretária) e **Maria Victória** (2.^ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **98.^a Sessão Ordinária da 3.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a Sessão Ordinária desta quarta-feira. Consulto a 1.^ª Secretaria se há expediente a ser lido.

SR.^a 1.^ª SECRETÁRIA (Deputada Luciana Rafagnin – PT): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura do documento que compunha o Expediente do dia.)

EXPEDIENTE: (Transcrição do documento recebido pela Assembleia, que se encontra sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.) **Informação** da Conselite Paraná, encaminhando resposta a requerimento de autoria do Deputado Requião Filho.

Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos ao Horário das Lideranças. Primeiro orador inscrito: Deputado Bazana.



DEPUTADO BAZANA (PSD): Bom dia, Presidente Alexandre Curi, Maria Victoria, Luciana Rafagnin, Deputados e Deputadas. Presidente Alexandre, mais uma vez subo nesta tribuna indignado com um Decreto do dia 20 do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Hoje clamo, realmente, todos os que são ligados à educação, às escolas especializadas do Paraná, porque é estarrecedor esse Decreto n.º 12.686, do dia 20 de outubro de 2025. Mais uma vez, no início da manhã de ontem, ficamos estarrecidos. Justamente por isso que subo a esta tribuna hoje em uma ação de urgência em defesa da educação especial e das escolas especializadas do nosso País. É isso que se dá pela publicação do Decreto n.º 12.686 do Governo Federal, que viola os direitos, ignora a verdadeira inclusão das pessoas com deficiência no nosso País. O que vemos é mais uma canetada que ignora as necessidades reais das nossas crianças, jovens e adultos com deficiência do nosso País. O Decreto trata da instituição que atende a esses alunos – como as Apaes, as coirmãs, os centros de referência do Estado do Paraná – como um estigma a ser superado em vez de reconhecer o papel vital e o desempenho na vida de tantas famílias. Precisamos entender que inclusão não é apenas uma palavra bonita, é uma ação concreta que exige sensibilidade, responsabilidade e diálogo constante. Nossos alunos merecem espaços especializados conforme a necessidade individual de cada um. Não podemos permitir que nossos filhos sejam jogados em salas de aula comuns sem considerar a especificidade e a participação da família nessa tomada de decisão. Por isso, venho aqui reafirmar o meu compromisso com as famílias paranaenses das nossas instituições e das nossas escolas especializadas, manifestando que o Governo Federal precisa rever esse Decreto e considerar o importante trabalho da educação especializada do Estado do Paraná e do Brasil. Não vamos ficar parados. Vamos protocolar ofícios, apresentar moções e nos fazer ouvir até que as necessidades das nossas crianças e jovens sejam respeitadas e atendidas. Ninguém vai desmontar aquilo que funciona bem no nosso Estado do Paraná, no nosso Brasil. A educação especial não é um favor, é um direito que deve ser garantido. Esse direito se



impõe com leis, com orçamento e com respeito a quem está na linha de frente todos os dias, com muito diálogo – como temos aqui no nosso Estado, que é um estado de referência. Quem tem que realmente escolher onde colocar seus filhos são os pais. Temos que ter o direito. A legislação permite, Professor Lemos, que tenhamos aqui no Estado do Paraná uma escola que realmente atende a necessidade das pessoas que mais precisam, no momento que precisam. Não podemos permitir um Decreto como esse – e acho quase impossível um Presidente da República assinar um Decreto, como esse do dia 20 no nosso País. Por isso...

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Deputado Bazana, me permite um aparte?

DEPUTADO BAZANA (PSD): Com certeza, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Deputado Bazana, quero dizer a V.Ex.^a o seguinte: pela manhã, literalmente peguei o celular hoje 6h42 da manhã, tinha uma mensagem da Professora Flaviane, de São José, que é professora e é do Ciedepar, me enviando justamente o Decreto n.^º 12.686 – e eu, com ela, tenho muito interagido sobre a questão da educação infantil. Na verdade, é um Decreto presidencial que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. De fato, nos preocupa muito porque, muito embora a iniciativa, no todo, seja uma iniciativa que tenha validade, ela tem um dispositivo, especialmente no art. 1.^º, § 2.^º, onde diz que *“a modalidade de educação especial será oferecida de maneira transversal a todos os níveis, etapas e modalidades com vistas [...] à escolarização. [...] O estudante com Transtorno de Espectro Autista é considerado pessoa com deficiência para fins da política nacional de educação especial inclusiva. § 3.^º: A garantia do sistema educacional inclusivo ocorre por meio da organização do sistema educacional geral, de forma a assegurar que os estudantes que são o*



público da educação especial, estejam incluídos em classes de escolas comuns com o apoio necessário à sua participação, permanência e aprendizagem". Indiscutivelmente, esse artigo e esse parágrafo, especialmente § 3.º, ele vai de encontro, ou seja, contrário a tudo aquilo que temos defendido do sistema que o Paraná adotou das nossas Apaes, justamente no reconhecimento da dificuldade que tem inclusive da integração. Claro que alunos com menores graus podem e devem, necessariamente, participar do ensino regular, mas, indiscutivelmente, há muitas pessoas, muitas crianças, muitos jovens e pessoas que, se não houver, de fato, o atendimento especializado por uma escola especializada como temos aqui no Paraná, os resultados são extremamente preocupantes. Quero dizer que me somo à V.Ex.^a, me preocupa muito isso. Aliás, até estou muito surpreso que possa ter o Governo Federal instituído uma política nacional com base em um Decreto. Quando da discussão aqui na Casa, em que foi feita uma audiência sobre o debate do Plano Nacional da Educação – foi feita uma Audiência Pública neste Plenário –, a própria professora Flaviane, de São José, fez um questionamento público justamente que o Plano Nacional da Educação não tratava absolutamente nada em relação à educação especial na modalidade que tratamos aqui, de ter escolas dedicadas a esses estudantes. O fato concreto é assim: o nosso Congresso Nacional, que é muito atento a temas de debate político-ideológico, não discutiram um tema fundamental que envolve a educação. E me pergunto: onde estavam os Deputados Federais, que deveriam estar defendendo os interesses da educação especial do Paraná, quando foi aprovado o Plano? É muito preocupante isso. Agora, esse Decreto aqui indiscutivelmente fragiliza ainda mais aquilo que tem sido um debate nacional. Entendo que nós, como Unidade Federada, temos condições de legislar e manter a nossa legislação, mantendo um sistema educacional e oferecendo, naturalmente, a quem quiser, da forma geral, a possibilidade da inclusão no sistema regular de ensino. Agora, indiscutivelmente, nós integramos o sistema da educação especial na nossa rede – em 2013 e 2015, tem lei para isso – e penso eu que nós, como Estado Federado, temos condições



de legislar sobre essa matéria. Vossa Excelência como autêntico representante da educação especial aqui na Assembleia Legislativa tem o meu integral apoio, a minha solidariedade. Vamos lutar para que não se prejudiquem as nossas escolas e que se mantenha justamente no sistema que, sabemos, é tão importante para a sociedade paranaense e brasileira. Parabéns pela ida à tribuna. Eu realmente desde cedo... tanto que quando V.Ex.^a me ligou para pedir o Horário da Liderança do PSD, eu disse: *já sei até do que V.Ex.^a vai falar, Deputado Bazana*, porque cedo fui acordado com essa péssima notícia que recebi, que prejudica as nossas Apaes. Parabéns por levar o tema à Assembleia, à tribuna da Assembleia Legislativa e conte com meu apoio.

DEPUTADO BAZANA (PSD): Obrigado, Deputado Romanelli, quero também convocar – já conversei com a Deputada Luciana Rafagnin, que possa levar isso ao Presidente Lula e também ao Ministro...

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO BAZANA (PSD): ... da Educação do nosso País, porque realmente é inadmissível. Temos uma Lei Federal que fala que os alunos têm que ser colocados nas escolas comuns, preferencialmente, mas que dá abertura para as escolas especializadas e, aqui no Paraná, somos o exemplo. Já conversei com o Secretário de Educação do Paraná, Roni Miranda. Quero colocar aqui também o Presidente Alexandre Curi, para que façamos uma movimentação, uma moção de todos os Deputados. Tenho certeza que também... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO BAZANA (PSD): Antes de concluir, passo a palavra para a Deputada Luciana Rafagnin.



Deputada Luciana Rafagnin (PT): Obrigada, Deputado Bazana. Quero cumprimentá-lo e falar que, com certeza, é uma preocupação muito grande, também tomamos conhecimento disso no dia de ontem. Foi uma surpresa, mas eu conversava já com o Deputado Lemos, que também aqui representa a Oposição. A Bancada do PT/PDT, pode ter certeza, estará procurando a nossa Ministra Gleisi para falar sobre esse assunto e pedir o apoio dela para gestionar junto ao Presidente Lula. Ao mesmo tempo, vamos procurar, sim, o Ministro Camilo, para tentarmos resolver essa questão. Pode ter certeza que somamos juntos, defendemos as Apaes, defendemos a educação e queremos que as Apaes continuem fazendo esse brilhante trabalho que vêm fazendo no nosso Estado.

DEPUTADO BAZANA (PSD): Por gentileza, mais um minuto, Senhor Presidente?

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vou conceder – é um tema muito relevante – mais um minuto a V.Ex.^a, Deputado Bazana.

DEPUTADO BAZANA (PSD): Obrigado, presidente. Então, quero agradecer a Deputada Luciana Rafagnin, o Professor Lemos e todos os Deputados que nos apoiam. Quero dizer a todas as escolas especializadas do Estado do Paraná: o Paraná é um Estado diferenciado, faz um trabalho que não vai parar – as nossas escolas especializadas. Vamos continuar, tenho certeza, sensibilizar o Governo do Estado, vamos conseguir... o Governo Federal colocar, pelo menos, um adendo dentro desse Decreto, que vai continuar fazendo o nosso trabalho, dando oportunidade, realmente, às escolas e aos pais a escolher. Quem escolhe são os pais, as leis são claras. Os pais têm o direito de escolher e não podemos fazer a segregação, como dizem que acontece nas nossas escolas especializadas. Ela vai acontecer se colocarmos todos os nossos alunos dentro das escolas comuns. Com certeza absoluta, vai acontecer um abandono total das salas de aula por esses alunos, porque conhecemos e sabemos da necessidade de cada um, sabemos como é que tem que ser feito, como tem que ser realizada a verdadeira



inclusão social. O Paraná é diferenciado nisso, porque faz a verdadeira inclusão social, prepara o aluno para que ele possa ser inserido, ou no ensino comum ou no mercado de trabalho, ou para continuar sua vida. Então, vai esse recado para o nosso País... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para concluir, Deputado Bazana.

DEPUTADO BAZANA (PSD): No Paraná, as nossas escolas especializadas irão continuar, com certeza absoluta e estaremos no Paraná, em Brasília, lutando pelos nossos direitos, das escolas especializadas do Estado do Paraná, com o apoio do nosso Governador Ratinho Junior, com o apoio do Secretário Roni Miranda, do Presidente Alexandre Curi e de todos os demais Deputados. Muito obrigado, Deputado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): No horário das lideranças, concedo a palavra ao Deputado Tito Barichello. Esta Presidência agradece a presença, nesse Plenário, da Vice-Prefeita de Maringá, Sandra Jacovós, esposa do nosso grande Deputado Delegado Jacovós. Obrigado pela presença. Concedo a palavra ao Deputado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Quero cumprimentar o Ex.^{mo} Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Estendo os meus cumprimentos ao Líder do Governo, cumprimento o Líder da Oposição, cumprimento os caros colegas Deputados Estaduais aqui presentes, dignos representantes da população. Cumprimento o Deputado Guerrinha que está chegando, um grande abraço, meu irmão. Cumprimento as pessoas que hoje nos assistem presencialmente na Assembleia. Cumprimento você que me assiste na TV Assembleia, você cidadão de bem, cidadão honesto. Não cumprimento, obviamente, a bandidagem. Primeiramente, quero fazer um convite ao Líder do



Governo, meu amigo Hussein Bakri, para participar da corrida, no próximo domingo, às 6 horas da manhã, em frente à Assembleia Legislativa. O nosso Presidente Alexandre Curi vai participar da corrida, estou convidando o Deputado Hussein Bakri, Líder do Governo, para correr conosco, às 6 horas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): O Hussein vai ficar na chegada lá.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Perfeito. Perfeito. Brincadeiras à parte, novamente, trago um assunto muito sério. Na data de ontem, uma mulher no bairro CIC foi morta, assassinada a facadas pelo marido. Um crime gravíssimo, um feminicídio, ontem à noite, no bairro CIC. Digo que o feminicídio é um dos crimes mais graves que existem. Por quê? Porque é um crime que leva em consideração, por parte do autor, a condição de mulher, ou seja, não é um assalto em que a mulher perde a vida. O feminicídio não é uma troca de tiros com a polícia, em que uma mulher perde a vida. Não! Uma mulher está perdendo a vida por ser mulher, em virtude do gênero e, em regra, isso acontece no seio familiar. Então, é um crime pelo qual todos somos responsáveis, porque o feminicídio deixa rastros, e falo isso como delegado. Uma mulher não morre do dia para a noite; antes de morrer, ela foi ameaçada, ela sofreu lesões corporais, ela sofreu importunação sexual, e muitos outros crimes. Então, é um crime pelo qual todos somos responsáveis. Nesse caso, a nossa polícia agiu rapidamente, Sr. Líder do Governo; havia uma medida protetiva expedida contra esse criminoso, mas, mesmo assim, esse bandido matou a esposa em frente aos familiares e filhos. A pergunta que fazemos como sociedade: onde erramos? Onde está o nosso erro? Temos que trabalhar um pouco com criminologia, que é uma ciência empírica, Sr. Presidente. A criminologia estuda o autor, estuda o crime, estuda o controle social e estuda a vítima. Onde nós, sociedade, erramos? Vou responder a vocês: erramos pela falta de retribuição prevista no Código Penal. Se verificarmos, Sr. Líder do Governo, o feminicídio tem uma pena, em regra, rigorosa – 12 a 30



anos –, mas, no Brasil, qualquer um que tem um mínimo de conhecimento de direito sabe que é a pena mínima que se aplica. Então, são 12 anos, isso porque é um homicídio qualificado – 12 anos. Pois bem, a progressão de regime no crime hediondo ocorre, em dois quintos, 40%. Esse criminoso em menos de cinco anos estará na rua. Vou repetir: esse criminoso que ontem matou uma mulher na frente dos filhos estará em menos de cinco anos na rua. Isso se condenado for. Qual é o recado que o Direito Penal, que é o Decreto-Lei n.º 2.848/1940, Delegado Jacovós, manda para a sociedade? O recado que o Código Penal manda para a sociedade é que a consequência pela conduta ilícita é muito menor do que a ação criminosa, não há uma proporção. Não estou cobrando aqui a Lei do Talião, *olho por olho, dente por dente*, do Código de Hamurabi, não é isso. O que estou cobrando é que haja, no mínimo, uma consequência para que esses crimes não aconteçam. Ou vocês acham que aquele criminoso que ontem à noite matou uma mulher, aqui no bairro CIC, iria matar se, por exemplo, *data maxima venia*, tivesse a pena que tem no Texas? Estive no Texas há pouco tempo vendo a legislação deles: pena de morte, injeção letal. Lá temos menos de seis mortes para cada 100 mil habitantes. Aqui, 19 mortes para cada 100 mil habitantes, ou seja, morremos duas vezes mais. Será que isso é normal? Será que isso é correto? Será que não somos corresponsáveis ao proteger os criminosos no Brasil? Quem tem interesse em proteger os criminosos? Pergunto agora. Pergunto a você que está me assistindo pela *TV Assembleia*, pela rede social. Quem tem interesse em proteger os criminosos? Não sei, ninguém diz que tem interesse. Mas na hora em que buscamos penas que tenham um caráter preventivo – de prevenção geral –, sim... Porque as penas passam um recado para a sociedade, qual é o recado que a pena passa para a sociedade? Não pratique o crime, porque, se praticar o crime, você terá uma consequência. Qual é a consequência? A consequência é a pena. Hoje, as penas no Brasil são muito brandas, são muito amenas e incentivam a criminalidade. Tenho certeza absoluta, senhores, que essa mulher que perdeu a vida na data de ontem não perderia a vida se tivéssemos penas mais rigorosas.



Enquanto, a sociedade brasileira assiste passiva esses homicídios, e muitas vezes dizem, Sr. Líder do Governo: *Ah, os feminicídios são problemas da polícia.* Sim, são problemas da polícia, mas havia medida protetiva expedida e, mesmo assim, o criminoso foi lá e matou. O que vamos fazer? Temos que reformar o Código Penal, recrudescer o Código Penal. Como disse ontem aqui, *separar o joio do trigo.* Penas rigorosas para crimes rigorosos e até em casos graves precisamos repensar a pena capital e mudar a Constituição Federal. Porque lá no Texas é injeção letal. Eu estive em vários locais, lá as pessoas podem andar armadas de um lado para o outro, compram em uma loja de departamentos e andam armadas. E os homicídios? Seis mortes para cada 100 mil habitantes. Aqui o Governo Lula desarmou a população – até CAC, quando vai ao clube de tiro, tem que ir com a arma desmuniciada – e os homicídios explodindo, os feminicídios explodindo, e a grande imprensa achando graça. Essa morte pertence a você, desarmamentista; essa morte pertence a você que é contra o aumento de pena, sim, você matou essa mulher ontem. Você! Você! Por quê? Se penas mais graves existissem, ela estaria viva. Esse – desculpe o termo, vou até usar um termo chulo aqui – vagabundo – me perdoe, Sr. Presidente por usar esse termo –, esse vagabundo, esse criminoso, esse covarde não teria matado, alguém tem dúvida disso? Eu fui professor de Direito Penal, de Processo Penal, de Criminologia, tenho livro escritos e não estou falando besteira aqui, não. Precisamos, sim, mudar a legislação, porque a nossa polícia fica com as mãos amarradas. Hoje ninguém mais tem medo de ir na Delegacia. Delegacia tinha que ser uma coisa séria, no sentido de *eu vou e tenho temor.* Tem que ter temor – não quando você vai na situação de vítima, é óbvio, lá você tem que ser bem tratado e não revitimizado; mas, se intimidado for, como indiciado, deveríamos nos preocupar *meu Deus, o que está acontecendo, o que eu fiz de errado e qual será a consequência?* Hoje não existe mais esse medo. Peço auxílio dos senhores, sei que não é competência desta Assembleia Legislativa legislar sobre Direito Penal, mas todos aqui têm um contato com um Deputado Federal, com um Senador. Conversem com seus



Deputados Federais, com os seus Senadores, pedindo que o Brasil mude a nossa realidade, que o Brasil proteja as nossas vítimas, que a pena, o castigo do criminoso não seja muito menor do que aquilo que ele infligiu à vítima. Precisamos, sim, de mais proporcionalidade e razoabilidade neste País que amamos, enquanto ainda é tempo, Sr. Líder do Governo. Reforma no Código Penal já, o Decreto-Lei n.º 2.848/1940, com a reforma da Lei n.º 7.209/1984 não faz frente à atual criminalidade. Recrudescimento penal para proteger você, cidadão de bem... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARRICELLO (UNIÃO): Recrudescimento penal para proteger você, cidadão de bem, cidadão honesto, e não para proteger você, bandido, porque o Delegado Xerifão não representa você.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: pela Liderança do Governo, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Duas considerações, Sr.^a Presidente. A primeira delas, meus cumprimentos ao Prefeito John, ao Ex-Prefeito Mano, da cidade de Pato Bragado – Artagão, o meu maior índice de votos do Paraná foi lá. Pense você fazer 56% de votos em uma cidade, Romanelli, foi o que eu fiz em Pato Bragado, e sou extremamente...

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): É um povo inteligente, Deputado atuante e eficiente como V.Ex.^a.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado, igualmente. Obrigado. Saudação, então, aos meus amigos desse município. Deputado Tito, infelizmente nesse final de semana tenho compromisso e não vou poder correr na corrida da



Assembleia, mas não próxima vou estar presente. Sou exímio corredor, considerado na região Sul do Paraná o *The Flash*, um dos mais rápidos que tem, e estarei me preparando para a próxima corrida. Aliás, se for para falar em corrida...

DEPUTADO DELEGADO TITO BARRICELLO (UNIÃO): Meu Líder, o senhor me permita uma colocação: *pacta sunt servanda*, os contratos têm que ser cumpridos, o senhor acabou de dizer que correria na próxima, já está anotado. Muito obrigado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pode anotar no teu pacto. E quero saudar a Luciana Rafagnin, essa Deputada gente boa, que tem todo o nosso carinho e respeito. Essa, sim, uma verdadeira corredora, 10 quilômetros por dia ela faz. Parabéns, Deputada. Mas falando dos nossos colegas da Oposição, acho que agora é momento de todos se unirem nessa questão que foi aqui trazida pelo Deputado Bazana. O Deputado Bazana representa, com muita capacidade, competência, as Apaes, as instituições, sempre admiro seu trabalho. Evidentemente que não ficou bem esse Decreto, ele contraria o interesse público, mas tenho certeza que a Bancada do PT aqui vai ajudar, vai correr atrás, vai conversar com a Ministra Gleisi, para tentar mudar essa situação, que não é boa. Tem causas aqui dentro – como foi a do leite ontem e como essa – que extrapolam questões partidárias ideológicas e que merecem atenção. Então, quero refazer o pedido aqui e reforçar esse pedido para todos os Deputados da Bancada do Presidente Lula: nos ajudem, ajudem as pessoas deficientes. Quero registrar a turma da minha cidade, do 7.º Colégio da Polícia Militar que está aqui, meu carinho, meu respeito por todos vocês, Tenente Fantin e toda a equipe que está presente. Temos em União da Vitória... O Paraná tem sete colégios militares, e União da Vitória tem um deles, então é motivo de orgulho para todos nós, recebam um abraço, um carinho do Deputado Hussein Bakri. Parabéns para todos vocês. Obrigado. (Aplausos.) Obrigado. Pessoal, daqui a pouco vamos votar o



Regulariza Paraná, já foi objeto de voto de todos em unanimidade ontem, e precisamos aprovar com bastante celeridade esse Projeto, para que a Fazenda possa rodar e os contribuintes possam ter essa oportunidade. Tivemos três comissões hoje pela manhã – inclusive, o Traiano abriu a mão e ofereceu merenda para nós hoje na CCJ, merenda boa, Traiano, parabéns, tinha merenda, pastel, pão de queijo, tudo do bolso dele – e nós estivemos no horário e aprovamos o Projeto do leite na CCJ, a Emenda. Tivemos na Comissão de Educação e na Segurança Pública a aprovação do Projeto que prevê a ampliação dos colégios Cívico-Militares do Estado do Paraná. Teremos a ampliação para os colégios integrais e vai ser objeto de discussão no Plenário. Quero também finalizar dizendo a vocês que teremos ainda alguns projetos importantes que estão sendo finalizados pelo Governo e que, na próxima segunda-feira, estaremos discutindo. Quero situar vocês em relação ao Projeto dos fisioterapeutas – Deputada Márcia Huçulak, que nos procurou; Deputado, quem mais? O Goura, Marcio Pacheco, vários Deputados que procuraram. O Governo está olhando com bons olhos esse Projeto; o problema não é financeiro, visto que são um número pequeno, não vai fazer nenhum estrago no orçamento – são poucos –, mas o problema maior é legal, Deputado. O que acontece? Foi aprovada no STF a mudança da carga horária de 40 para 30 horas. E como é que faz para não cortar o salário? Aí o Governo criou uma contribuição, um benefício, qual era a preocupação? Que não fosse levado para a aposentadoria. Colocamos no Projeto que ele vai para a aposentadoria. Mas aí existem outros aspectos que estão sendo discutidos, que a preocupação, Deputada Márcia, deles de ficar sem a progressão, sem a promoção. O que o Governador me pediu, os membros da Casa Civil? Que aguardássemos mais um pouco. Não vamos pautar esse Projeto ainda enquanto não acharmos uma solução, que estamos tentando encontrar, que ela é legal, ela não é financeira, é só uma solução legal, Deputada Márcia.



Deputada Secretária Márcia (PSD): Quero pedir um aparte aqui. Cumprimentar nosso Líder Hussein pelo seu empenho, foi um pedido meu que veio dos nossos fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais que são servidores do Estado e, por uma decisão do Tribunal de Justiça, o Estado está acatando essa decisão de adequação da carga horária, mas tem essa questão bem levantada pelo senhor. Então, quero só agradecer o seu trabalho junto ao nosso Secretário da Casa Civil, o Ortega, e todo o apoio jurídico aqui também da Casa no sentido de encontrar uma solução. Como o senhor bem diz, a questão é de legalidade e não financeira. Então, agradecer. Obrigada, Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado à senhora. Parabéns pelo trabalho, Deputada. Deputado Marcio.

Deputado Marcio Pacheco (PP): Nosso Líder, quero apenas agradecer pela atenção que V.Ex.^a tem dado para essa demanda. Fui procurado também pelos nossos fisioterapeutas, há uma preocupação, gera uma ansiedade, uma aflição, mas é muito bom que eles saibam que há essa preocupação do Governo para encontrar uma solução que seja razoável, que seja boa para eles. Quero agradecer pela atenção. Mais uma vez, reconhecer a grande iniciativa do Governador neste Projeto que V.Ex.^a falou, que já deliberamos nas três Comissões agora de manhã, na CCJ, na Comissão de Educação e na Comissão de Segurança Pública, para ampliar o atendimento dos colégios cívico-militares para que possa acontecer o ensino em tempo integral. Então, parabenizar o Governador e dizer do nosso apoio integral a esta ideia também. Obrigado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado. Só para finalizar, quero dizer que esta Liderança sempre procura tratar os pedidos dos nossos colegas Deputados com carinho e com respeito. Vamos no limite, lutamos até onde dá, e vai acontecer assim com a questão dos fisioterapeutas. Meu abraço a todos, em



especial àqueles alunos exemplares do 7.º Colégio Militar de União da Vitória, a minha terra natal. Um grande abraço.

SR.ª PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: pela Liderança da Oposição, Deputado Professor Lemos. Gostaria de anunciar a presença do Prefeito de Pato Bragado, Sr. John Nodari, acompanhado do Ex-Prefeito Mano. E também, mais uma vez, registrar a visita dos alunos do Colégio da Polícia Militar de União da Vitória, acompanhados pelos professores Capitão Renan Guilherme Fantin; 2.º Sargento da PM, Gilberto Holowka; Cabo Jackson Czezeski; Professora Patrícia Santos; e também Isane Wowcsuk. Sejam bem-vindos a esta Casa de Leis.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhora Presidente, quero cumprimentá-la; ao cumprimentá-la, cumprimento todas as Deputadas e os Deputados aqui desta Casa. Cumprimento a toda a população que está acompanhando a nossa Sessão nesta quarta-feira. Um cumprimento especial aos nossos estudantes de União da Vitória, que nos honram com suas presenças aqui na Assembleia. Sejam sempre bem-vindos à Assembleia Legislativa. Quero aqui também me referir ao Decreto n.º 12.683/2025, do dia 20 de outubro. Esse Decreto, que tem como objetivo instituir a Política Nacional De Educação Especial e Inclusiva, traz preocupação. O Deputado Bazana já relatou, conversei também com Senadores, com Deputados Federais ligados à educação. Ouvi atentamente a fala do Senador Flávio Arns, que é um especialista na área da educação especial, fundador que foi das Apaes no Paraná e no Brasil, mas dialoga também com outras escolas especializadas do Paraná e do Brasil. Fomos apanhados de surpresa, como disse o Deputado Bazana, como disse também o Senador Flávio Arns, na tribuna do Senado, no dia de ontem. De fato, é preciso, sim, ter uma política nacional de valorização do ensino especial no Brasil. É preciso garantir direitos à pessoa com deficiência. Agora, o que não se pode é desprezar as escolas especializadas que temos no Brasil! E por que a comunidade teve que se



unir? Os pais se uniram há muitos anos para ter escola especializada no Brasil, porque o poder público não recepcionava essas crianças nas escolas regulares. Não recepcionava! E ainda não recepciona. É preciso respeitar o que temos, o que foi construído ao longo de muitos anos, com muita seriedade. Pais se uniram para garantir que os filhos tivessem escola, que as crianças com deficiência intelectual e múltipla tivessem escola. Isso precisa ser considerado, precisa ser respeitado. O Paraná faz a diferença no Brasil. Encontro pais que mudaram de outros estados para o Paraná, porque só aqui encontraram escola em condições de atender aos seus filhos. Então, é muito importante que nos unamos. Vamos juntos, Deputado Bazana, Deputada Luciana – e os demais Deputados que também acompanham essa demanda, que é uma demanda importantíssima –, vamos juntos dialogar com o Ministro da Educação, vamos dialogar com os demais Ministros que temos lá e que têm condições de contribuir com esse debate – como a Ministra Gleisi, que está lá, como a Ministra também do Paraná, a Márcia Lopes – e vamos fazer com que esse Decreto seja de fato alterado. Ele não pode permanecer com essa redação original que foi publicada! Certamente o Presidente Lula assinou porque foi apresentado a ele como algo bom, como algo debatido com a sociedade, o que não aconteceu! Quando Senadores, Deputados Federais que estão lá nas Comissões específicas, como a Comissão de Educação do Senado e a Comissão de Educação da Câmara, foram surpreendidos, é porque não houve debate. É preciso que esse debate aconteça, inclusive com quem é o maior interessado. Não foi feito esse debate e, por isso, surpreendeu todo mundo. Não podemos concordar com o Decreto na forma como foi publicado. Precisa de alteração, sim. Vamos trabalhar juntos para que essas alterações sejam feitas o mais rápido possível, dando obrigações ao poder público de investir na educação especial no nosso País e de valorizar as escolas especializadas que já temos. O Estado brasileiro pode, sim, fazer mais do que foi feito até agora para as pessoas com deficiência. Então, tem todo o nosso apoio. Um outro tema levantado aqui hoje pelo Deputado Tito Barichello é o feminicídio, a violência contra a mulher. Já



passou de todos os limites no nosso País! O Brasil é o quinto país mais violento para a mulher no mundo, e o nosso Estado do Paraná é o terceiro estado dentro do Brasil mais violento para a mulher. O lugar mais perigoso para a mulher não é fora de casa, é justamente na casa onde ela mora! Os agressores que mais agredem e que mais matam mulheres são próximos dessa mulher, que deveriam dar proteção a ela e não dão, ao contrário, praticam a violência – violência psicológica, patrimonial, violência física e vai até o extermínio, que é o feminicídio. O Brasil e o Paraná precisam fazer mais do que se fez até agora. Tem projetos aqui tramitando nesta Casa que precisam ser pautados e aprovados. Um deles, por exemplo, é o que propõe colocar tornozeleira eletrônica em agressores de mulheres, para que a polícia possa, em tempo, conter esse agressor quando a mulher já está com medida protetiva, porque temos casos de feminicídio no Paraná em que a mulher vítima já estava com medida protetiva e o agressor se aproximou e matou a mulher. É preciso fazer mais do que já fizemos até agora, mas é importante dizer também que aprovamos aqui nesta Casa um Projeto de Lei – sou autor dele – que institui a Política Estadual de Combate à Violência Contra a Mulher, que precisa ser colocado em prática. Outro Projeto que coloquei aqui e foi aprovado, que é da nossa autoria, é o Programa *Patrulha Maria da Penha*. Esse programa já é Lei, já está instituído, mas ainda é insuficiente, precisa ampliar o programa para atender todos os casos de violência contra a mulher no Estado do Paraná. Outra Lei aprovada aqui, da nossa autoria, se chama *Maria da Penha vai à Escola*, porque precisamos, sim, reprimir a violência contra a mulher, mas também devemos prevenir, e a melhor prevenção é a educação. Essa Lei já está aprovada, foi sancionada pelo Governo, precisa ser colocada em prática. Que toda escola no nosso Estado, desde a mais tenra idade, trabalhe para promover a igualdade combatendo a violência contra a mulher.

Deputada Cloara Pinheiro (PSD): Um aparte, Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Deputada Cloara, com a palavra.



Deputada Cloara Pinheiro (PSD): Parabéns pela sua fala. Gostaria de falar que nós... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Para concluir.

Deputada Cloara Pinheiro (PSD): ... eu, como Procuradora da Mulher aqui da Assembleia, estamos fazendo esse trabalho e contamos com a sua ajuda também, com 214 Procuradoras no Estado do Paraná fazendo esse trabalho nas escolas. Primeiro, estamos com o trabalho de capacitação de todas as nossas Procuradoras e todas elas estão visitando as escolas do Paraná. Agradeço muito a sua ajuda e vamos marcar uma reunião para somar forças. Obrigada.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Eu que agradeço e parabenizo o trabalho maravilhoso que V.Ex.^a está fazendo, ampliando esse debate em todo Paraná. Conte sempre conosco, estamos juntos!

Deputada Cloara Pinheiro (PSD): Obrigada.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Gostaria de anunciar aqui a presença da Vice-Prefeita de Palotina, Sr.^a Judith; acompanhada do Secretário de Planejamento, o Sr. Rodrigo; e da Secretária de Obras, Sr.^a Cláudia, a pedido do Deputado Marcio Pacheco. E também registrar a presença do Vereador Miltinho Kultz, de Catanduvas. Sejam bem-vindos a esta Casa de Leis. **Passamos à Ordem do Dia.**

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano



(PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Hussein Bakri (PSD), Jairo Tamura (PL), Luciana Rafagnin (PT), Luís Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Matheus Vermelho (UNIÃO), Maria Victória (PP), Marcio Pacheco (PSD), Secretária Márcia (PSD), Marli Paulino (SD), Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Paulo Gomes da TV (PP), Professor Lemos (PT), Requião Filho (PDT), Renato Freitas (PT), Ricardo Arruda (PL), Reichembach (PSD), Soldado Adriano José (PP), Samuel Dantas (SD), Tercílio Turini (PSD), e Thiago Buhrer (UNIÃO) **(42 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa:** Gugu Bueno (PSD) (Art. 98, caput, do Regimento Interno) **(1 Parlamentar)** **Deputados ausentes sem justificativa:** Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Batatinha (MDB), Cantora Mara Lima (REP), Denian Couto (PODE), Doutor Antenor (PT), Doutor Leonidas (CDN), Goura (PDT), Marcelo Rangel (PSD) e Ney Leprevost (UNIÃO) **(11 Parlamentares).]**

Solicito à 2.^a Secretaria que proceda à leitura das proposições protocoladas, para conhecimento dos Deputados.

SR.^a 2.^a SECRETÁRIA (Deputada Maria Victoria – PP): Sim, Sr.^a Presidente.

Projetos regularmente protocolados pelos Senhores Deputados.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.^o 962/2025**, do Deputado Artagão Junior, que concede o título de utilidade pública estadual à ASSEC – Associação Esporte Caçula, com sede no município de Cantagalo; **Autuado sob**



o n.º 963/2025, do Deputado Delegado Tito Barichello, que reconhece os motoclubes como patrimônio cultural imaterial do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 964/2025**, do Deputado Gugu Bueno, que concede o título de utilidade pública à Associação Comercial e Industrial de Corbélia, com sede no município de Corbélia; **Autuado sob o n.º 965/2025**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que concede o título de utilidade pública à Associação de Proteção aos Animais de Clevelândia, com sede no município de Clevelândia; **Autuado sob o n.º 966/2025**, dos Deputados Ana Júlia, Mabel Canto, Delegado Tito Barichello, Goura e Requião Filho, que institui o programa de aprendizagem do uso ético da inteligência artificial nas escolas públicas do Estado do Paraná, e adota outras providências; **Autuado sob o n.º 967/2025**, do Deputado Ney Leprevost, que estabelece diretrizes para a organização das linhas de cuidado no atendimento as pessoas acometidas por acidente vascular cerebral – AVC e infarto agudo do miocárdio – IAM no âmbito do Sistema Estadual de Saúde do Paraná, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 968/2025**, do Deputado Ney Leprevost, que dispõe sobre a afixação de placas informativas com orientações para identificação dos sinais de acidente vascular cerebral – AVC em locais públicos de grande circulação de pessoas no Estado do Paraná, e dá outras providências.

Eram esses os Projetos apresentados, Sr.^a Presidente, Sr.^s Deputados.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Peço a atenção dos Sr.^s Deputados, que vamos ler uma convocação. Convoco os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, indicados pelos Líderes dos Partidos e dos Blocos Parlamentares, conforme relação abaixo, para reunião de instalação e eleição do referido Conselho, destinado à atuação durante as 3.^a e 4.^a Sessões Legislativas da 20.^a Legislatura, a realizar-se no dia 27 de outubro de 2025, às 14 horas, no Auditório Legislativo da Assembleia Legislativa. Membros titulares: Deputado Delegado Jacovós, que tem como suplente Deputado Gilson de Souza; Deputado Delegado Tito Barichello, como suplente o Deputado Thiago Bührer;



Deputado Marcio Pacheco, titular, membro suplente, Deputado Soldado Adriano José; membro titular Deputado Renato Freitas, que tem como membro suplente Deputado Doutor Antenor; Deputado Doutor Leônidas como membro titular, como suplente o Deputado Luís Corti; Deputado Artagão Júnior como membro titular, como suplente o Deputado Luiz Claudio Romanelli; membro titular Deputada Secretária Márcia, membro suplente o Deputado Cobra Repórter.

Passamos aos Itens da pauta.

Temos sete Redações Finais.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 325/2023, de autoria do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui o Dia Estadual de Valorização dos Guardas Municipais, a ser realizado anualmente em 10 de outubro.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 486/2023, de autoria do Deputado Adão Litro, que estabelece diretrizes para a concessão de atendimento prioritário às pessoas com doenças graves nos estabelecimentos públicos e privados.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 128/2024, de autoria do Deputado Ney Leprevost e da Deputada Marli Paulino, que dispõe sobre o reconhecimento da Feira do Largo da Ordem como patrimônio cultural e turístico do Estado do Paraná.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 583/2024, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin e do Deputado Anibelli Neto, que concede o título de Capital Paranaense do Melado ao município de Capanema.

ITEM 5 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 705/2025, de autoria do Deputado Fabio Oliveira, que concede o título de utilidade pública ao Instituto de Reabilitação Auditiva Jonatas Rodrigues, com sede no município de Maringá.



ITEM 6 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 773/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 94/2025, que altera a Lei n.º 17.959, de 11 de março de 2014, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná.

ITEM 7 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 811/2025, de autoria do Deputado Luis Corti, que concede o título de utilidade pública ao Clube dos Vinte Amigos, com sede no município de Santa Fé.

Não foram apresentadas Emendas de Redação. **Está dispensada a votação.**

ITEM 8 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 888/2023, de autoria dos Deputados Luis Corti, Cristina Silvestri, Delegado Tito Barichello, Tercílio Turini, Fabio Oliveira, Batatinha, Luiz Fernando Guerra, Luciana Rafagnin, Dr. Leônidas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Professor Lemos, Paulo Gomes, Delegado Jacovós, Matheus Vermelho, Gilson de Souza e Goura, que proíbe a reconstituição do leite em pó de origem importada para venda como leite fluido no Estado do Paraná e estabelece sanções aos infratores. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, na forma do substitutivo geral; Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. Em discussão o Projeto, na forma de Substitutivo Geral da CCJ. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Importante Projeto, construído com todos, voto “sim”.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): A Oposição vota “sim”.

SR.ª PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Senhores Deputados, votando.



DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): A Liderança do PSD orienta voto “sim”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pessoal, precisamos de voto, 27, senão não vai dar quórum, Deputado Corti, V.Ex.^a é autor.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Deputado Ademar Luiz Traiano, como vota? Deputado Moacyr Fadel?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhora Presidente, tem alguns Deputados que estão entrando aqui para votar. Este é o Projeto do leite.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): Presidente, por gentileza, queria que registrasse o meu voto “sim”.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Devidamente registrado.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Presidente, se puder aguardar só alguns Deputados votarem.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Faz o “L”, do leite!

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Artagão Junior, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Secretária Marcia, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer



(37 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Batatinha, Cantora Mara Lima, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Flavia Francischini, Goura, Gugu Bueno, Marcelo Rangel, Nelson Justus, Ney Leprevost e Ricardo Arruda (17 Deputados).] Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto, na forma do substitutivo geral.**

Votaremos agora a Subemenda da CCJ à Emenda de Plenário. Em discussão a Subemenda. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Esta é a famosa Subemenda! Vamos votar “sim”.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): A Oposição vota “sim”.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Para encaminhar, Sr.^a Presidente.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Para encaminhar.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Quero aqui externar o grande momento vivido no dia de ontem por esta Casa de Leis, onde o segmento da produção de leite do Estado do Paraná, de viva voz, se pronunciou e aqui tivemos a participação desta Casa de Leis de maneira maciça, remetendo a uma das histórias mais importantes por que esta Casa já tenha passado. Mas quero aqui fazer deferência toda especial à Presidência desta Casa, quero fazer deferência à Liderança do Governo, ao Governo, à CCJ por este tão importante e marcado momento. Um momento que divide águas e que seguramente, com a efetivação



deste Projeto, que será transformado com a sanção do Governador em um diploma, será a salvaguarda de uma cadeia importantíssima, não para um país, não para um estado, para uma nação e para os nossos pequenos municípios que vivem, que geram empregos, que geram divisas. O nosso voto é pelo "sim" e o agradecimento a todos os que, de uma forma ou de outra, contribuíram para chegarmos aonde chegamos. Muito obrigado.

SR.^ª PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Deputado, não quis ser indelicada, mas o senhor não pode encaminhar na hora da votação. Da próxima vez, o senhor tem que fazer isso antes, ok?

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Mas muito obrigado, Sr.^ª Presidente, pelo deferimento.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço voto "sim" aos colegas que ainda não votaram, inclusive o senhor autor da Emenda, que fez um belíssimo trabalho.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): A Oposição vota "sim".

SR.^ª PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Como votam o Deputado Samuel Dantas, o Deputado Renato Freitas, o Deputado Luís Corti, o Deputado Romanelli, o Deputado Artagão?

DEPUTADO MATHEUS VERMELHO (PP): Senhora Presidente, enquanto os colegas votam, gostaria de cumprimentar os Vereadores de Matelândia: a Vereadora Leila, o Vereador Uni, Vereador Fritz e o Vereador Nei. Muito obrigado, Senhora Presidente.

SR.^ª PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Sejam bem-vindos a esta Casa de Leis. Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Bazana, Cloara Pinheiro,**



Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Secretária Marcia, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (38 Deputados);
Não Votaram: Alexandre Curi, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Cantora Mara Lima, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Flávia Francischini, Goura, Gugu Bueno, Marcelo Rangel, Ney Leprevost e Ricardo Arruda (16 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a subemenda de Plenário.**

ITEM 9 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 775/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 96/2025, que institui o Programa Regulariza Paraná, aplicável a créditos tributários relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação e a créditos não tributários originados do Instituto Água e Terra, nas condições que especifica. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Finanças e Tributação; Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda, com emenda. **(Sobre o Projeto: (Emenda de Plenário n.º 1, dos Deputados Gilberto Ribeiro, Hussein Bakri, Alexandre Curi, Luiz Cláudio Romanelli, Anibelli Neto, Ricardo Arruda, Flávia Francischini, Doutor Leônidas, Márcio Pacheco, Delegado Tito Barichello, Gilson de Souza, Bazana, Denian Couto, Moacyr Fadel, Cobra Repórter e Delegado Jacovós; Emenda de Plenário n.º 2, dos Deputados Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Matheus Vermelho, Hussein Bakri, Gugu Bueno, Cantora Mara Lima, Delegado Jacovós, Delegado Tito Barichello, Luís Corti,**



Doutor Leônidas e Luiz Cláudio Romanelli.) **O Projeto recebeu Emendas e retorna à CCJ.**

Os Itens 10, 11, 12, 13 e 14, faremos votação agrupada, por se tratar de matérias correlatas.

ITEM 10 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 809/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 100/2025, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação e a transferência dos trechos rodoviários que especifica ao município de Toledo. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 11 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 834/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 105/2025, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação e a transferência do trecho rodoviário que especifica ao município de Flórida. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 12 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 835/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 106/2025, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação e a transferência do trecho rodoviário que especifica ao município de Araruna. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 13 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 836/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 107/2025, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação e a transferência do trecho rodoviário que especifica ao município de Sertaneja. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.



ITEM 14 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 888/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 113/2025, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação e a transferência dos trechos rodoviários que especifica ao município de Goioxim. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Em discussão os Projetos. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Encaminhamos, pela Liderança do Governo, voto "sim".

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): A Oposição encaminha voto "sim".

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Votando.

DEPUTADA MARLI PAULINO (SD): Senhora Presidente, para encaminhar. Quero deixar registrado que ontem recebi no meu gabinete alguns cirurgiões dentistas representando a classe, que homenageei lá no meu gabinete, e protocolei aqui nesta Casa um Projeto de Lei que inclui no calendário do Estado a data de 25 de outubro como o Dia do Dentista. Só para deixar registrado aqui. Muito obrigada.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Como votam o Deputado Guerra e o Deputado Artagão? Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo**



Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Secretária Marcia, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Bührer (38 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Cantora Mara Lima, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Flavia Francischini, Goura, Gugu Bueno, Marcelo Rangel, Ney Leprevost e Ricardo Arruda (16 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.**

ITEM 15 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 106/2025, de autoria da Deputada Ana Júlia, que concede o título de utilidade pública à Associação Emaús, com sede no município de Curitiba. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto "sim".

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): A Oposição vota "sim".

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhora Presidente, *pela ordem.* Só gostaria que V.Ex.^a me confirmasse, para que todos os Deputados escutem, teremos mais um Sessão Extraordinária hoje ainda, isso?

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Sim.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Como votam o Deputado Romanelli, o Deputado Renato Freitas, o Deputado Samuel Dantas, a Deputada Cristina, o Deputado Artagão? Encerrada a votação: **[Votaram Sim:**



Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichenbach, Requião Filho, Samuel Dantas, Secretária Marcia, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (37 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Cantora Mara Lima, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Flavia Francischini, Goura, Gugu Bueno, Marcelo Rangel, Ney Leprevost, Renato Freitas e Ricardo Arruda (17 Deputados).] Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 106/2025.

Os Itens 16 e 17, faremos votação agrupada, por se tratar de matérias correlatas.

ITEM 16 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 960/2025, de autoria do Deputado Alexandre Curi, da Deputada Maria Victoria e do Deputado Gugu Bueno, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Fernando Alcantara Castelo. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 17 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 961/2025, de autoria do Deputado Alexandre Curi, da Deputada Maria Victoria e do Deputado Gugu Bueno, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Raul Araújo Filho. Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão os Projetos. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto "sim".



DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): A Oposição encaminha voto "sim".

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Votando, Sr.^s Deputados. Como votam o Deputado Moacyr Fadel, o Deputado Renato Freitas, o Deputado Requião? Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Samuel Dantas, Secretária Marcia, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (35 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Fábio Oliveira, Flávia Francischini, Goura, Gugu Bueno, Marcelo Rangel, Ney Leprevost, Renato Freitas e Ricardo Arruda (19 Deputados).]** Com 35 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.^º 2893/2025, do Deputado Alexandre Curi, requerendo a dispensa de Redação Final dos Projetos de Lei n.^{os} 960/2025 e 961/2025. Os favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.



Requerimento n.º 2898/2025, dos Deputados Ana Júlia, Doutor Antenor, Goura e Requião Filho, requerendo o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à advogada Dr.ª “Thieme Silvestri Netto”, reconhecendo sua primazia, relevância e excelência profissional na Advocacia Pública, à frente da Procuradoria-Geral do Município de Guarapuava.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 2892/2025**, dos Deputados Alexandre Curi e Professor Lemos, requerendo a inclusão do Deputado Alexandre Curi como coautor do Projeto de Lei n.º 115/2018, de autoria do Deputado Professor Lemos; **Requerimento n.º 2894/2025**, do Deputado Luís Corti, indicando o Deputado Doutor Leônidas como membro titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e o Deputado Luís Corti como membro suplente; **Requerimento n.º 2895/2025**, dos Deputados Doutor Leônidas e Luís Corti, indicando o Deputado Doutor Leônidas como coautor do Projeto de Lei n.º 888/2023, de autoria do Deputado Luís Corti; **Requerimento n.º 2896/2025**, dos Deputados Marcelo Rangel e Luís Corti, requerendo a inclusão do Deputado Marcelo Rangel como coautor do Projeto de Lei n.º 888/2023, de autoria do Deputado Luís Corti; **Requerimento n.º 2897/2025**, dos Deputados Alexandre Curi e Luís Corti, requerendo a coautoria do Deputado Alexandre Curi do Projeto de Lei n.º 888/2023, de autoria do Deputado Luís Corti.

SR.ª PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Lembramos Aos Senhores Deputados que teremos uma Sessão Extraordinária na sequência.

Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente **Sessão**, marcando uma **Sessão Extraordinária** na sequência e duas outras **Sessões** para segunda-feira, dia 27, no horário regimental, sendo uma **Ordinária** e uma **Extraordinária**, com as seguintes **Ordens do Dia: Sessão Extraordinária – Redação Final do Projeto**



de Lei n.º 888/2023; **Sessão Ordinária de segunda-feira - 1.º Turno** da Proposta de Emenda à Constituição - PEC n.º 1/2025, Redação Final do Projeto de Lei n.º 106/2025, 2.º Turno dos Projetos de Lei n.ºs 809/2025, 834/2025, 835/2025, 836 e 888/2025, 1.º Turno dos Projetos de Lei n.ºs 607/2024, 877/2025, 878/2025, 918/2025 e 937/2025 e Turno Único dos Projetos de Lei n.ºs 458/2025, 674/2025 e 799/2025; e **Sessão Extraordinária de segunda-feira – 2.º Turno** do Projeto de Lei n.º 937/2025.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 10h44, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)